

OS DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA SALA DE AULA REGULAR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

DIFFICULTIES IN THE PROCESS OF INCLUDING SPECIAL EDUCATION TARGET STUDENTS IN THE REGULAR CLASSROOM: A BIBLIOGRAPHICAL STUDY

Francisca Cibeles da Silva Gomes¹

Karina Kristiane Vicelli²

RESUMO

O artigo trata dos desafios no processo de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial na sala de aula regular. Tendo como objetivo analisar as limitações que dificultam o desenvolvimento pleno do processo inclusivo. A metodologia da pesquisa acadêmica é de natureza qualitativa de cunho bibliográfico a partir análise de publicações referentes a educação inclusiva publicadas entre 2020 e 2025 sendo estes: Narciso, Oliveira, Alves, Duarte, Maia, Rezende (2024), Silva e Bezerra (2025), Amorim, Maia e Silva Júnior (2020), Eris (2024), Maisto, Zenetta e Konrath (2025), Araújo e Gomes (2023), Rodrigues, Honda, Oliveira, Silva, Oliveira, Souza (2024). Os resultados da análise constam que as principais dificuldades encontradas foram: carência na formação docente, infraestrutura inadequada, necessidade do ensino colaborativo, maior efetividade das políticas públicas e monitoramento, mais difusão de conhecimentos sobre inclusão e o desenvolvimento de ações que visem respeito, educação integral e participação social. Como conclusões, o trabalho acadêmico foi importante para a compreensão dos desafios de inclusão na realidade educacional brasileira. Tendo em vista a produção acadêmica sobre a temática e as principais dificuldades encontradas nas pesquisas. Essas problemáticas possibilitaram a compreensão das limitações no processo inclusivo e na participação efetiva dos discentes no espaço escolar, assim como a importância da formação docente, infraestrutura adaptada, ações pedagógicas e políticas no desenvolvimento da educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Ensino Regular. Análise Bibliográfica.

¹ Pós-graduanda *lato sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Dourados, MS, Brasil. E-mail: cs6445758@gmail.com.

² Doutora em Letras (UFMS), professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus Dourados, MS, Brasil. E-mail: karina.vicelli@ifms.edu.br.

ABSTRACT

This article addresses the difficulties in the process of including special education target audience students in the regular classroom, aiming to analyze the limitations that hinder the full development of the inclusive process. The academic research methodology is qualitative in nature and bibliographic, based on the analysis of seven publications related to inclusive education published between 2020 and 2025: Narcísio et al. (2024), Silva and Bezerra (2025), Amorim, Maia and Silva Júnior (2020), Eris (2024), Maisto, Zanella and Konrath (2025), ARAÚJO and GOMES (2023) and Rodrigues et al. (2024). The results of the analysis show that the main limitations found were: lack of teacher training, inadequate infrastructure, the need for collaborative teaching, greater effectiveness of public policies and monitoring, more dissemination of knowledge about inclusion and the development of actions aimed at respect, integral education and social participation. In conclusion, the academic work was important for understanding inclusion processes in the Brazilian educational environment. Given the academic literature on the topic and the main difficulties encountered in the research, these issues enabled an understanding of the limitations of the inclusive process and the effective participation of students in the school environment.

Keywords: Inclusive education. Regular education. Bibliographic Analysis.

Data de aprovação: 30/03/2026.

1 INTRODUÇÃO

A educação especial é uma modalidade do ensino escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para estudantes com deficiência, transtornos globais do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O atendimento educacional será realizado em classes, escolas ou serviços em função das condições particulares de cada discente. Sendo oferecido desde a educação infantil ao ensino superior (Brasil, 2023).

Os sistemas de ensino devem assegurar aos currículos flexíveis, métodos, técnicas, recursos educacionais e organização específica que atenda às suas necessidades. Assim como, oferecer professores com especialização adequada nas classes comuns e nas salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Visando a efetiva inclusão para aqueles que possuem suas habilidades no desempenho de atividades limitadas por barreiras físicas, atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e estruturais ou aqueles que apresentam habilidades superior nas áreas artísticas, intelectuais e

psicomotoras como o caso dos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (Brasil, 2025).

Sendo considerado a pessoa com deficiência aquela com impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com uma ou mais barreiras podem obstruir sua participação social de maneira efetiva em igual condições com os demais (Brasil, 2025). Já os sujeitos com transtornos do neurodesenvolvimento possuem atrasos cognitivos, comportamentais e intelectuais que podem afetar o desempenho escolar. Em alguns casos, associados ao atraso na aquisição da linguagem, dificuldades na alfabetização, perda de memória, que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, intelectual, cognitivo, acadêmico e profissional (DSM-5, 2014).

Nesse contexto, o presente artigo analisa as dificuldades no processo de inclusão de estudantes público-alvo da educação especial na sala de aula regular. Logo, estão os educandos/as com Transtornos do Neurodesenvolvimento, Deficiências e Altas Habilidades/Superdotação.

Para tanto, tem-se como objetivo geral analisar as dificuldades encontradas por docentes da sala de aula regular no processo de inclusão escolar. Sendo inclusão compreendida como a participação ativa na sociedade sem discriminações ou exclusões. Tendo como mediadores da inclusão social mais amplas a cultura, a educação, o lazer, os direitos sociais, a economia, a cultura, os direitos civis e políticos (Mazzotta; D'Antino, 2011).

A inclusão escola seria o respeito e a reafirmação da igualdade de todos que assegura o acesso à educação escolar, considerando as necessidades de recursos, suportes e serviços para significativos segmentos da população escolar (Mazzotta; D'Antino, 2011). Incluir significa não deixar nenhum estudante fora da escola, ou seja, é garantir que todos tenham acesso à educação de qualidade sem distinções ou obstáculos (Mantoan, 2015).

A educação inclusiva desperta a atenção para a necessidade de desenvolver mudanças na escola, por meio do questionamento da organização curricular e do trabalho pedagógico. No sentido, de desenvolver ações voltadas para eliminar as barreiras que produzem exclusão e promover o desenvolvimento inclusivo com a participação plena dos estudantes como sujeitos ativos no espaço escolar (Mantoan, 2015).

Nesse contexto, a aprendizagem na perspectiva Histórico-Cultural ocorre através das interações sociais, dos contextos de aprendizagem significativa mediadas pelos docentes. Em que, o sujeito é ativo, social e parte do processo de produção de conhecimentos. Tornando o sujeito capaz de agir sob o mundo e aprender aquilo que desconhece por meio da mediação de um outro indivíduo constituindo a Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky, 2021). A educação inclusiva defende a interação no reconhecimento da diversidade e na criação de uma escola para todos, sem exclusões ou integrações (Mantoan, 2015).

O estudo da Zona de Desenvolvimento Proximal contribuir para entendermos a importância de atividades com contextos significativos para os estudantes. Estas devem ter o respaldo na inclusão escolar, evitando que a adaptação curricular seja uma forma de exclusão disfarçada.

De maneira específica, pretende-se especificar o papel da inclusão no espaço escolar, descrever as limitações/dificuldades encontradas no desenvolvimento inclusivo da educação em sala de aula e salientar as possibilidades/potencialidades trazidas pela participação dos alunos público-alvo da educação especial em turmas regulares, ou seja, com a promoção de formas de ensino, metodologias, infraestrutura que ampliem as possibilidades (Mantoan, 2015).

Quanto a metodologia de pesquisa, trata-se de um estudo que se insere na abordagem qualitativa, tendo como instrumento de produção de dados a análise bibliográfica a partir de sete publicações acadêmicas selecionadas tendo como base a apresentação dos desafios e possibilidades na inclusão escolar. Os artigos foram publicados nos últimos cinco anos, sendo eles: Narciso, Oliveira, Alves, Duarte, Maia, Rezende (2024), Silva e Bezerra (2025), Amorim, Maia e Silva Júnior (2020), Eris (2024), Maisto, Zenetta e Konrath (2025), Araújo e Gomes (2023), Rodrigues, Honda, Oliveira, Silva, Oliveira, Souza (2024). Tendo como base as análises sobre inclusão dos autores: Mantoan (2015, 2011, 2023), Lev Vygotsky (2021) e Mazzotta e D'Antino, (2011), Aciem e Mazzotta (2013), Stelmachk e Mazzota (2012).

Os critérios utilizados na escolha dos artigos foram a relação com a temática, foram selecionados conforme os descritores educação Inclusiva, desafios e potencialidades e sala de aula regular, estar dentro da delimitação

entre 2020 e 2025. A escolha do recorte temporal ocorreu em razão da importância de estudar a realidade educacional contemporânea para que fosse possível compreender os fenômenos e problemáticas na atualidade.

Nesse contexto, a justificativo pessoal para a abordagem da temática desafios na inclusão escolar iniciou com o meu trabalho como professora na educação básica e as observações realizadas na sala de aula em relação ao desenvolvimento inclusivo e nas minhas próprias dificuldades como professora em incluir os discentes. E em relação a motivação acadêmica está relacionada a perspectiva crítica em que o rompimento com paradigmas excludentes no espaço escolar vêm da transformação das escolas em locais de inclusão e através da problematização e da pesquisa em torno de uma educação que reconheça e valorize as diferenças (Mantoan, 2015).

Os artigos analisados dialogam com a minha prática em escolas da rede piauiense de ensino em razão de apresentar desafios e possíveis soluções que podem ser encontradas na realidade em que leciono. Por isso, surgiu a necessidade em buscar investigar as limitações para o desenvolvimento pleno da inclusão e seus entraves na realidade brasileira a luz das pesquisas publicadas em artigos nos últimos cinco anos.

Somando-se a um dos objetivos da Especialização em Humanidades e Linguagens que consistiu em “Promover a inclusão e diversidade nos espaços formais e não formais da educação” (IFMS, 2023, p. 8). E as discussões desenvolvidas no componente curricular Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (60h) que abordou a formação humana a partir dos direitos civis dialogando com a cidadania, o respeito e as diferenças que abordam a temática (IFMS, 2023).

A partir da análise das publicações foi possível destacar os principais desafios encontrados a partir da carência na formação docente, falta de conhecimentos sobre inclusão e seu papel na educação, infraestrutura precária, necessidade de participação dos pais e responsáveis no desenvolvimento colaborativo junto com professores, gestores e comunidade escolar, desenvolvimento de atividades, recursos, metodologias e avaliações adaptadas. E ainda a efetivação das políticas públicas junto com o monitoramento da sua implantação nas escolas e as necessidades de mudanças.

2 Educação inclusiva e especial: conceitos teóricos

O conceito de deficiência foi durante muito tempo associado ao distúrbio, a um problema inerente à pessoa, com poucas possibilidades de intervenção ou a busca constante por uma cura, a mensuração dos níveis de inteligência e atraso mental e a suposta necessidade de uma educação especial, distinta e segregada da organização escolar regular. Com foco excessivo no modelo médico, terapêutico e com poucos investimentos na atividade educacional. Embora tenha esta perspectiva, foram os primeiros a despertar para a necessidade de escolarização da clientela que se encontrava nos hospitais psiquiátricos, principalmente sobre o caso de deficiência mental, mesmo assim ainda predominava a educação terapêutica (Glat; Fernandes, 2005).

Entre os anos 1940 e 1950, os movimentos sociais passaram a questionar a incurabilidade atrelado a uma ausência de estimulação adequada ou processos de aprendizagem incorretos. Dando maior ênfase aos processos cognitivos e a criação de situações que fomentem a produção de conhecimentos. Fazendo surgir o conceito de Necessidades Educacionais Especiais – NEES e a Educação Especial como um modelo paralelo ao ensino regular para alunos com dificuldades acentuadas nos processos de ensino e aprendizagem, comunicação, interação social e com algum tipo de deficiência (Glat; Fernandes, 2005).

Dentro de uma realidade integrado que tentava agregar os alunos no espaço escolar para os alunos que apresenta algum “problema” de aprendizagem ao longo da vida escolar que exige uma atenção maior e maiores recursos, sem oferecer condições adequadas e valorização da diversidade. Servindo como espaços de segregação para os alunos que não se enquadravam nos perfis escolares (Glat; Fernandes, 2005).

No entanto, a partir dos anos 1990, o paradigma da inclusão surgiu com diversos questionamentos em relação ao modelo tradicional de Educação Especial. Essa proposta ganhou forma com a Declaração de Salamanca que ocorreu em 1995 na Espanha, definiu que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter direito às escolas regulares e que elas devem se adequar as particularidades dos seus alunos. Agora não bastava matricular os alunos na escola, era preciso dar suporte educacional necessários as suas

necessidades. Com professores preparados e escolas adaptadas. A educação especial passou a ser entendida como um conjunto de ações destinadas a atender à diversidade de seus discentes (Glat; Fernandes, 2005).

Somando-se aos movimentos sociais que lutavam por condições mais dignas de acesso e qualidade da educação que culminou com a proposta de inclusão escolar que deve proporcionar um currículo flexível, metodologias, avaliações e estratégias de ensino que favoreçam a participação dos alunos e práticas educacionais diferenciadas para atender as demandas existentes. Valorizando a diversidade em detrimento da homogeneidade. Levando em consideração cada contexto e local de realização dos processos inclusivos. Embora, ainda não seja uma realidade plena, a grande maioria das redes de ensino carecem de condições institucionais para viabilizar a inclusão (Glat; Fernandes, 2005).

Dentro deste contexto, o Estatuto da pessoa com Deficiência em 2015, definiu que a educação deve assegurar o desenvolvimento de seus talentos e habilidades em termos físicos, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características e necessidades de aprendizagem. Sendo dever do Estado, da família e da sociedade em geral disponibilizar uma educação de qualidade que valorize a sua inclusão em todos os níveis, etapas e modalidade da educação, visando garantir o seu pleno acesso, desenvolvimento e permanência (Brasil, 2020).

Fazendo uso de serviços e adaptações necessárias para atender aos seus alunos e garantir um currículo em condições de equidade, promovendo o exercício da autonomia e da valorização de cada aluno. Oferecendo um currículo adaptado, educação bilíngue em Libras para os alunos surdos, adoção de medidas dentro do ambiente educacional que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, fortalecer pesquisas voltadas para o desenvolvimento de métodos e técnicas pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos (Brasil, 2020).

Sendo assim, a inclusão escolar é fundamental para assegurar o desenvolvimento de uma escola mais equitativa, garantindo a participação de todos os seus alunos, sem distinções físicas, intelectuais, sociais ou culturais. Valorizando a diversidade existente, promovendo práticas respeitadas, solidárias e equitativas. Garantindo que todos tenham acesso significativo e igualitário à

educação. Para os alunos, promove o desenvolvimento acadêmico e social, ao mesmo tempo, ensina valores de respeito, empatia e solidariedade. Para a comunidade escolar, amplia a possibilidade do desenvolvimento de um ambiente mais justo e equitativo (Narciso et al., 2024).

Portanto, a educação inclusiva tem como propósito o desafio de romper com o preconceito. Com o objetivo de superar a violência e a exclusão que foram impostas aos alunos com público-alvo da educação especial dentro do ensino regular (Castro; Gauthier, 2009). No entanto, não há consenso da existência de todas essas questões de maneira homogênea em razão da heterogeneidade de contextos escolares.

2 EDUCAÇÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO NA SALA DE AULA REGULAR

Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa se baseiam em análises de pesquisas documentais e bibliográficas para uma revisão de literatura, utilizando fontes de dados por meio de documentos sobre legislações artigos científicos encontrados em bases de dados acadêmicos (Narciso *et al.*, 2024). Após a coleta, seguiu-se a etapa de análise. Na qual, as informações foram organizadas, catalogadas e analisadas. Essa análise envolveu os principais temas, comparações, contribuições sobre o processo de inclusão escolar.

Logo, ao longo do artigo será apresentado sete artigos de autores brasileiros que tratam da temática: Narciso *et al.* (2024), Silva e Bezerra (2025), Amorim, Maia e Silva Júnior (2020), Eris (2024), Maisto, Zenetta e Konrath (2025), Araújo e Gomes (2023), Rodrigues *et al.* (2024). Embora, tenham sido pesquisa cerca de dez produções acadêmicas, mas que não foram trazidas no presente trabalho em razão da delimitação temporal e o assunto abordado não está relacionado especificamente com as dificuldades na inclusão escolar.

2.1 Desafios no processo de inclusão dos alunos atípicos na sala de aula regular: análise bibliográfica

A partir da busca e descrição dos artigos selecionados foi organizado uma tabela com a descrição do assunto, das limitações encontradas, dos desafios e dos avanços que foram assinalados com as respectivas pesquisas. Os autores pesquisados e suas descrições de trabalhos desenvolvidos:

Tabela 1 – Produções acadêmicas sobre as dificuldades no processo de inclusão

Tipo de artigo	Autores (as)	Assunto da pesquisa	Dificuldades no processo de inclusão	Desafios	Avanços
Descritivo	Narciso et al. (2024)	Inclusão e tecnologia assistiva.	Barreiras físicas, atitudinais e sistêmicas.	Falta de acessibilidade arquitetônica, necessidade de materiais didáticos adaptados, preconceitos.	Necessidade de mudanças do paradigma excludente para a inclusão.
Descritivo	Duarte, Silva e Bezerra (2025)	Desafios para a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEEs.	Ausência de práticas concretas adaptadas às suas necessidades que acarreta grandes impactos negativos no desenvolvimento das crianças.	As escolas precisam ser reformuladas para acolherem a diversidade.	Atuação de professores qualificados.
Descritivo	Amorim, Maia e Silva Júnior (2020)	Estratégias pedagógicas para a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial.	A inclusão é garantida pela lei, mas na prática ainda não se concretizou plenamente. Faltando conhecimentos e práticas inclusivas.	As soluções adotadas para desenvolver a inclusão são marcadas pela individu	Adoção de estratégias voltadas o ensino colaborativo e novas possibilidades pensadas para todos.

				alização e acabam excluindo ainda mais.	
Descritivo	Eris (2024)	Dificuldades na inclusão escolar dos alunos autistas.	A inclusão não é apenas matricular o aluno atípico na escola regular.	A aprendizagem e o conhecimento dos professores são fundamentais para que os alunos.	O processo inclusivo deve ser pensando desde o acolhimento do aluno, o preparo dos profissionais.
Descritivo	Maisto, Zanella e Konrath (2025)	Aborda o processo de inclusão dos alunos da educação especial.	Preconceito, desigualdade, barreiras sociais que não foram completamente superadas.	Promover uma avaliação do processo de inclusão visando assegurar a participação plena e desenvolvimento dos alunos.	A consistência das políticas públicas, a participação comunitária nas decisões, a formação docente.
Descritivo	Araújo e Gomes (2023)	Investiga o papel do gestor escolar na inclusão de alunos.	Necessita de formação para criar um ambiente inclusivo e garantir que as políticas públicas sejam trazidas a realidade dos alunos.	O gestor consciente da inclusão contribui com a efetivação da educação inclusiva.	Promove discussões sobre a educação inclusiva e sua contribuição para o futuro.
Descritivo	Rodrigues et al. (2024)	Compreender os desafios na inclusão dos alunos TEA na sala	Falta de formação docente, falta de apoio especializado.	Faz-se necessário compreender o indivíduo	Refletiu sobre a inclusão dos alunos atípicos no ensino regular e a

		de aula regular.		o e as dificuldades que ocorrem no processo de inclusão.	complexidade da temática.
--	--	------------------	--	--	---------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme a tabela 1, apesar dos avanços, a inclusão escolar perpassar por diversas dificuldades, existe impedimentos que limitam o desenvolvimento pleno da inclusão, tais como: barreiras arquitetônicas como falta de rampas e infraestrutura inadequadas, escassez de materiais didáticos adaptados, como livros em Braille e Libras para alunos com deficiência visual e auditiva, softwares específicos, dispositivos de Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA, suportes e equipamentos de tecnologia assistiva, falta de capacitação dos professores, o que acaba resultando em práticas excludentes e subestimação das capacidades e potencialidades dos alunos atípicos.

Para desenvolver plenamente a inclusão escolar voltada para a adaptação das aulas e dos materiais escolares visando a inclusão e o atendimento as demandas dos alunos que necessitam do currículo mais flexível. Nesse sentido, a formação continuada deve ser voltada para uma formação reflexiva que abranja o desenvolvimento de metodologias, recursos pedagógicos e práticas avaliativas voltadas para atender a todos os alunos e não excluir ou marginalizar os que precisam de atendimento específico (Narciso *et al.*, 2024).

As políticas públicas existentes são insuficientes, burocrática e que necessitam de um financiamento adequado para que os recursos sejam suficientes para garantir o suporte pedagógico, assistência especializada e infraestrutura adequada. Para que seja possível atender às diversas formas de aprendizagem dos alunos com variações na forma como os conteúdos são trabalhados, melhorias no ambiente escolar, destacando o ensino colaborativo entre professores da educação regular e do Atendimento Educacional Especializado – AEE (Narciso *et al.*, 2024). Nesse contexto, a melhor estratégia para receber um estudo, por exemplo com Transtorno do Espectro Autista – TEA,

seria o acolhimento, o respeito, o suporte pedagógico, a adaptação e o diálogo com a família.

Na perspectiva, as escolas precisam ser “renovadas” no sentido de repensar sua estrutura interna, passando por adaptações administrativas e pedagógicas visando se adaptar nas necessidades dos seus alunos (Duarte; Silva; Bezerra, 2025). Visto que necessitam de espaços adequados e equipamentos para auxiliarem na promoção da aprendizagem. Por exemplo, destacam-se as dificuldades de aprendizagem acentuada que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares, os que possuem comprometimento comunicativo, os alunos que demonstram grau acentuado com criatividade ou talentos específicos.

Para os profissionais que atuam nas escolas, incluindo o professor de AEE³, precisa ter formação adequada, independente da área, é importante que tenham formação inicial e continuada. Para que possam criar ou encontrar estratégias pedagógicas que possibilitem a participação plena e interação dos alunos. E, ainda, é necessário que as políticas públicas aconteçam na prática, pois não será suficiente ter professores capacitados e não terem recursos pedagógicos e locais adequadas para atender às demandas da instituição de educação (Duarte; Silva; Bezerra, 2025).

Ainda carece de profissionais para atender as necessidades dos alunos, como intérprete educacional para alunos surdos, assim como professores fluentes em Libras (Duarte; Silva; Bezerra, 2025). Bem como, dispor de materiais adaptados como computadores, recursos tecnológicos e de acessibilidade, livros e materiais didáticos. Requer dos profissionais que atuam na escola especialização, aperfeiçoamento, atualização constante, visão interdisciplinar, trabalho colaborativo e análise da realidade.

A inclusão escolar enfrenta desafios relacionados a permanência de paradigmas engessados na noção de deficiência como ênfase nas limitações dos sujeitos ao invés de visualizarem suas potencialidades. Assim como, a existência de reduzido conhecimento sobre as estratégias de ensino que viabilizam a proposta inclusiva em sala de aula comum (Amorim; Maia; Silva Júnior, 2020). Logo, é necessário rever conceitos, aprimorar estratégias,

³ Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

distanciando da busca por uma escola padrão, homogeneizada, porque todas podem aprender e possuem capacidades para aprender e cabe a escola e a equipe escolar se adaptar as necessidades dos seus alunos.

Sendo necessário o reconhecimento das diferenças, visto que a educação inclusiva é representada, em sua maioria, nos discursos com a existência do profissional que atua no AEE, porém o engajamento também deve ser na sala de aula regular com foco na formação docente continuada, rompendo com as barreiras atitudinais, o aprofundamento dos conhecimentos amplia a visão e possibilita o desenvolvimento de metodologias, avaliações e práticas pedagógicas adaptadas sem comparação entre os discentes e limitação do tempo para desenvolver (Amorim; Maia; Silva Júnior, 2020).

Destacando atividades como ensino colaborativo entre professores da sala regular e docentes especializados, tutoria por partes que oferece suporte específico para alunos com dificuldades com tutor e tutorado, é um sistema que oferece suporte de um aluno com maior nível de aprendizagem com outro com mais dificuldade, ensino diferenciado conforme as particularidades dos discentes, construção do Plano Educacional Individualizado – PEI construído com base nas limitações e possibilidades para oferecer estratégias que venham a romper com as barreiras e flexibilizar as atividades escolares (Amorim; Maia; Silva Júnior, 2020).

Falta ainda, os professores conhecerem mais sobre as especificidades de seus alunos, pois esta análise permite identificar os caminhos e organizar estratégias que atendam as demandas e contribuem para desenvolver um currículo mais flexível. Embora, falte apoio e orientação adequada em relação ao fazer pedagógico, falta estrutura de qualidade, desvalorização docente em alta que geram desmotivação (Amorim; Maia; Silva Júnior, 2020). Por isso, é indispensável a organização dos sistemas de ensino, com formação e políticas públicas que estimulem ações inclusivas na prática que estructurem as instituições, fomente formação adequada, possibilitem compreender a diversidade, modifiquem a práxis pedagógica.

Sendo necessário, participar da inclusão não somente o professor, mas é importante o exercício da colaboração entre a equipe escolar como um todo para que as mudanças sejam mais amplas e não apenas situacionais (Amorim; Maia; Silva Júnior, 2020). Partindo da alteração na postura em relação as

diferenças até a eliminação das barreiras que segregam ou excluem determinado grupo. E as metodologias produzidas precisam ser centradas nos alunos, suas singularidades, suas potencialidades e habilidades. Requer pensar no processo educacional, sua estrutura física, valorização dos profissionais que atuam na educação e o desenvolvimento de novos conceitos de aprendizagem no espaço escolar (Amorim; Maia; Silva Júnior, 2020).

Dentre os problemas no processo de inclusão estão os relacionados na forma de ensinar para os alunos com necessidades educacionais especiais. Visto que se somam a esta questão a importância de o professor buscar entender melhor as dificuldades cognitivas, os transtornos, as síndromes, que envolvem os alunos na realidade escolar (Eris, 2024).

A inclusão não é um simples ato de preencher fichas, formulários como determina a legislação, mas assegurar que sejam acolhidos e não apenas se adaptem as regras estabelecidas pela instituição de ensino (Eris, 2024). Fator que não contribui para seu desenvolvimento e/ou autonomia enquanto aluno em favor de “[...] padrões de ser e de se comportar, no entanto esses padrões nem sempre são aceitos na sociedade e por vezes a diferença e o diferente é discriminado pela simples forma de Ser” (Eris, 2024, p. 4).

Acrescenta-se que o despreparo é um fator notório nas escolas públicas e privadas, embora não seja algo generalizante, mas afeta o desenvolvimento da inclusão (Eris, 2024). Em razão, da existência da discriminação dos alunos atípicos, professores e gestores que não entendem ou possuem interesse em desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas, desigualdade nas oportunidades e no acesso ao ensino e aprendizagem, falta envolvimento colaborativo de todos os profissionais da educação, necessita de infraestrutura física e pedagógica adequada (Eris, 2024).

Diante da necessidade em construir um ambiente educacional inclusivo é necessário maior fiscalização através da avaliação das escolas e dos sistemas de ensino para conduzem de maneira assertiva e contextualizada o processo de inclusão. Garantindo maior monitoramento do processo de inclusão, do contexto de desenvolvimento, das condições que a instituição escolar enfrenta (Maisto; Zanella; Kenrath, 2025). Para definir os indicadores de qualidade, compreender como as políticas públicas estão sendo assimiladas pelas escolas e garantindo

que à educação contemple as necessidades de todos os seus alunos. Influenciando diretamente na eficácia das ações e as dificuldades encontradas.

Dentre os obstáculos encontrados na escola, estão: a formação docente e o suporte oferecido às instituições escolares para acolher adequadamente os alunos, a necessidade de colaboração entre todos os membros da comunidade escolar na efetivação das ações inclusivas, as barreiras físicas e discriminatórias, a importância de disponibilizar os recursos adequados para suprir a educação inclusiva, a maior articulação entre as escolas e as autoridades governamentais, ofertar formações docentes visando melhoria da qualidade da inclusão, desenvolver atividades e tarefas adaptadas aos alunos (Maisto; Zanella; Kenrath, 2025).

Somam-se a necessidade de adaptar as metodologias e os processos avaliativos. Reforçam a importância de usarem materiais didáticos inclusivos que atendam à diversidade dos seus estudantes. Contribuem para estimular a motivação e o desempenho dos alunos dentro de condições adequadas para melhorar sua compreensão dos conteúdos trabalhos (Maisto; Zanella; Kenrath, 2025).

No que tange à contribuição da gestão educacional contribui para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e respeitoso. Mas quando falta no seu papel em garantir transparência e respeito, os impactos negativos podem vir no sentido da qualidade docente até a educação oferecida no ambiente educacional (Araújo; Gomes, 2023). Nesse contexto, os principais desafios são: falta de formação adequada dos gestores para lidar com as necessidades dos seus alunos, falta formação docente que vai além da graduação (Araújo; Gomes, 2023).

Logo, a falha na inclusão é mais uma questão de falta de verba/infraestrutura e de falta de gestão e cultura escolar inclusiva. Mesmo após a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) é robusto (Brasil, 2020). Por que, após uma década, os artigos de 2024/2025 ainda apontam as "barreiras atitudinais" como um dos maiores entraves. Chamando atenção para as dificuldades ainda existentes no sistema educacional brasileiro.

Somando-se a essa questão, ainda é necessário recursos financeiros e humanos adequadas para à implantação de práticas inclusivas. O que necessita de investimentos mais planejamentos e estrategicamente organizados para

suprirem as necessidades das escolas e serem administrados pela equipe gestora. Sendo fortalecida as ações inclusivas dentro de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que articula o ensino colaborativos entre gestores, docentes, pais e comunidade escolar (Araújo; Gomes, 2023).

Somando-se a uma liderança inclusiva associada ao planejamento participativo, o uso do PPP, o fortalecimento e aplicação das políticas públicas adaptadas à realidade, objetivando garantir o gerenciamento dos recursos humanos e materiais necessários a inclusão e o preparo do corpo escolar com formação (Araújo; Gomes, 2023).

Ainda faltam conhecimentos sobre o processo de inclusão e os direitos dos alunos atípicos, carecem de recursos e profissionais de apoio qualificados. Visto que, na maioria das vezes, são contratados que possuem pouca formação ou ainda sem qualquer conhecimento para contribuir com o aluno. Logo, o aluno com deficiência, transtorno ou síndrome não deve ser vista apenas com uma obrigação, mas a proteção da diversidade e dos direitos humanos (Rodrigues *et al.*, 2024).

Somando-se, é necessário que a escola tenha condições infraestruturais para garantir o acesso e a permanência dos alunos. Assim como, está atenda às demandas dos estudantes, enfatizando suas habilidades e não apenas suas dificuldades. Buscando metodologias e avaliações apropriados visando uma aprendizagem mais significativa com acompanhamento especializado (Rodrigues *et al.*, 2025).

A instituição escolar ainda deve garantir que as leis destinadas a educação sejam aplicativas na prática. Como por exemplo, a disposição de um professor de apoio escolar, a adaptação do currículo, das metodologias, das avaliações e das atividades escolares. Considerando as dificuldades, mas também as suas potencialidades (Rodrigues *et al.*, 2025).

Bem como, a difusão de conhecimentos sobre inclusão, trabalhar o socioeducativo dos alunos para evitar discriminações e preconceitos, promovendo a adaptação da escola ao estudante e compreendendo suas necessidades. Visto que “[...] o ato de incluir está em andamento, para cada vez mais ser um processo efetivado com sucesso na rede de ensino, e isso vem sendo um grande desafio para o sistema educacional [...]” (Rodrigues *et al.*, 2024, p.62).

3 INCLUSÃO ESCOLAR: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A DIVERSIDADE DE APRENDER

O ensino escolar tem diante de si o desafio de criar condições de acesso e permanência dos discentes nos espaços escolares. A mudança inicia-se na organização pedagógica, de modo a reconhecer as diferenças como parte da diversidade educacional. Visto que aplicar o direito à educação para todos é um elemento insuficiente para fundamentar contextos de desenvolvimentos dos estudantes e minimizar resquícios de discriminação e exclusão. A inclusão necessita tratar as diferenças como parte do processo educativo e não se pode ser igual em tudo (Mantoan, 2023).

Nesse contexto, reconhecer a igualdade como parte da aprendizagem, mas a diferença como processo e ponto de chegada para um espaço educacional que reconhece cada estudante e que pretende romper com o modelo elitizado e excludente. O professor, não pode negar o papel de saber de cada discente diante do ensino ministrado. Caso contrário, poderão ser excluídos por repetência ou passarão a participar de reforço ou grupos de aceleração da aprendizagem para se adequar a um padrão utópico de estudante (Mantoan, 2023).

Pela baixa autoestima e pela exclusão, os estudantes são vítimas de seus familiares, seus professores e, sobretudo, do contexto em que estão inseridos. Podem evadir ou, ainda, serem rotulados pelo “fracasso escolar”. Em que os problemas recaem sobre o sujeito, pois a escola reluta em admitir seus erros (Mantoan, 2015). Nesse jogo político-institucional, os mais prejudicados são as crianças que são privadas de uma escola que deveria ensinar justiça, democracia e abertura a diversidade por meio da convivência entre os pares (Mantoan, 2011).

A inclusão é uma oportunidade para reverter a situação da maioria das escolas adota em avaliar a partir daquilo que foi aprendido, o que eles não sabem, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que não sejam penalizados pela repetência, pela evasão, pela discriminação e pela exclusão (Mantoan, 2015).

Por isto, cabe a escola oferecer condições de prosseguir em seus estudos, segundo as habilidades e especificidades de cada um, sem discriminações nem espaço de integração educacional. Evitando padronizar uma concepção de normalidade e eficiência arbitrária. Assim como, um ambiente apropriado para a formação do cidadão, especialmente para sair do comodismo em relação a inclusão como elemento distante da realidade e do não reconhecimento dos direitos civis ao acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao bem-estar social.

Somando-se, a eliminação de métodos excludentes de ensino e aprendizagem. Propondo que ações práticas e pedagógicas valorizem as especificidades dos estudantes e promovam a inovação educacionais com a inclusão. Voltando-se para reduzir a resistência das instituições a mudanças, revertendo práticas homogeneizadoras, meritocráticas e preconceituosas. Estimulando a conscientização de muitos familiares que adotam um comportamento superprotetor diante do fenômeno das deficiências dos seus filhos ou ainda não aceitam por motivos de negação ou pouco conhecimento sobre inclusão (Mantoan, 2023).

Nesse contexto, a mediação da cultura, da educação e do lazer é fundamental para o desenvolvimento sociocultural, ou seja, são espaços estruturados com poder para a inclusão social de todo e qualquer sujeito. No caso do espaço cultural, cabe ressaltar que a construção de estigmas, estereótipos, padrões em relação a pessoas que se encontram em determinadas condições em contextos específicos (Mazzotta; D'Antino, 2011).

Tendo favorecida a concretização de situações de inclusão ou exclusão nos variados espaços sociais. Isto é, “[...] demarcando grande parte de suas necessidades como especiais por diferirem acentuadamente das condições em que se encontram as demais pessoas em dada comunidade [...]” (Mazzotta; D'Antino, 2011, p. 380).

Logo, a promoção da acessibilidade, o reconhecimento dos elementos ideológicos e comportamentais da cultura que impregnam a sociedade são necessários para que a inclusão social sejam algo que faça parte da realidade e do cotidiano. A partir de uma política de inclusão que respeite e reafirma a igualdade de direitos e assegure o acesso a escolarização, aos espaços de lazer, considerando as necessidades de recursos, suportes e serviços especializados,

reiterando a implantação e implementação de condições de acesso e permanência em escolas regulares. Nesse caso, é oportuno ressaltar a responsabilidade do poder público em assegurar educação para todos e responsabilizar as escolas pelo atendimento adequado e que possam modificar suas práticas para atender à diversidade (Mazzotta; D'Antino, 2011).

Somando-se, ao acolhimento dos seus estudantes, infraestrutura adequada, orientação aos professores poderiam reduzir as situações com ausência de materiais e recursos pedagógicos, precária orientação e suporte aos professores que contribuem para o entendimento equivocado de que caberia apenas ao professor especializado a educação dos estudantes com deficiência. Além de não ignorar as condições de acessibilidade dos edifícios escolar como um espaço facilitador ou dificultador da inclusão ou as condições de acesso aos ambientes culturais, desportivos e de lazer (Mazzotta; D'Antino, 2011).

Assim como, o fortalecimento da autonomia, da participação ativa das pessoas com deficiência por meio da utilização de recursos adequados e acessíveis que reforcem sua independência. Como a liberdade de escolha, o desempenho de atividades é essencial para a satisfação humana, o acesso ao mercado de trabalho, ao lazer, promove a sensação de capacidade concreta dos indivíduos na possibilidade de efetuar escolhas e realizar ações, apoiados na autorreflexão. Bem como, a interação social, a convivência com outros grupos de pessoas, são direitos individuais e sociais (Aciem; Mazzotta, 2013).

Cabendo salientar a importância do Desenho Universal da Aprendizagem – DUA nas concepções de espaços, recursos e produtos que atendam simultaneamente todas as pessoas, sem distinções ou exclusões. O DUA reforça o papel da inclusão com mediação social e desenvolvimento da cidadania e participação de todos na sociedade e no espaço escolar. Implicando a eliminação de barreiras físicas, atitudinais, comportamentais que obstruem a ótica dos direitos humanos (Mazzotta; D'Antino, 2011).

Embora, ainda seja necessário cursos de capacitação e preparo para profissionais de diversas áreas, como a educação, para o esclarecimento sobre as diferentes deficiências e suas especificidades. Pois, existem preconceitos que os reduzem a sujeitos incapazes, o que não é condizente com a realidade (Aciem; Mazzotta, 2013).

Assim como, o acesso ao ensino de qualidade visando a sua permanência, ações de políticas públicas em benefício de uma abordagem social e humanizada acerca da inclusão e a produção de conhecimentos que respaldem os serviços e ações que propiciem melhores condições de vida ativa e independente. Para que seja possível reforçar a autonomia e a qualidade de vida social e escolar dentro da perspectiva inclusiva (Aciem; Mazzotta, 2013).

Reforçando, ainda, a necessidade de formação crítica para analisar e interpretar valores, atitudes e comportamentos e a inclusão da pessoa com deficiência em nas iniciativas governamentais. Além de salientar a inclusão em espaço instituído ou estruturado, como na família, na escola, na empresa, no parque, em qualquer forma de organização social como aulas de campo, visita técnica, adaptação de laboratórios (Mazzotta; D'Antino, 2011).

Ademais, a identificação das necessidades educacionais dos estudantes, a disponibilidade de serviços e recursos necessários ao seu desenvolvimento, a convivência mediada pelas interações no ambiente escolar e com os demais pares, fortalece as ações inclusivas na sala de aula regular. somando-se a flexibilização e adaptação curricular, formas de avaliação e metodologias adaptadas e em consonância com o Projeto Pedagógica da escola é uma oportunidade para torná-lo inclusivo (Stelmachuk; Mazzotta, 2012).

Nesse contexto, o estímulo as interações sociais se tornarem um fator significativo no desenvolvimento dos estudantes, contribuindo para a mediação dos professores com vista ao processo de inclusão. Fazendo uso de vários instrumentos de ensino e práticas pedagógicas adequadas que propiciam a aprendizagem e a criação de zonas de desenvolvimento proximais, ou seja, a relação entre o saber que os discentes conseguem realizar sozinhos e o novo conhecimento mediado (Vygotsky, 2021). A escola deve ser um ambiente favorável à inclusão, estimulador da aprendizagem com participação ativa dos estudantes, acolhimento e respeito.

Visto que a educação de crianças com deficiência contribui para romper com os estereótipos, preconceitos que consideram as pessoas com deficiência – sejam sensorial, motora, intelectual ou mental, incapaz de produzir pensamentos. Na verdade, o que ocorre é a perpetuação da cultura hegemônica que precariza as possibilidades de humanização, ao invés, de fomentar a convivência plural que é uma condição fundamental para o desenvolvimento das

peças com deficiência em razão de fomentar a participação na cultura, a interação, desenvolvimento do respeito a diversidade, construção das funções psicológicas superiores relacionadas a aprendizagem (Vygotsky, 2021).

Criando um mundo isolado e fechado ao centrá-lo na insuficiência e na deficiência. Ao invés de introduzir os jovens e crianças na vida autêntica. A educação não deve favorecer o isolamento social e a separação entre escolas especiais e escolas regulares, formulado como um problema de educação social, psicológica e pedagógica (Vygotsky, 2021). Visto que “[...] cada profissional, independentemente do cargo que ocupa em uma unidade escolar, e a comunidade escolar como um todo, pode facilitar ou não, o processo de inclusão e desenvolvimento de cada aluno” (Stelmachuk; Mazzotta, 2012, p.190).

A tarefa é impedir o desenvolvimento de uma pedagogia farmacológica ou terapêutica que prejudique o desenvolvimento da criança, pois “semelhante pedagogia é proporcionada por uma educação que, desde seu início, orienta-se pela invalidez como princípio e cuja consequência contradiz, radicalmente, os fundamentos da educação social” (Vygotsky, 2021, p. 32). Somando-se a disponibilização de profissionais de apoio escolar, sistematização da interação entre os professores do ensino comum e do Atendimento Educacional Especializado – AEE, compromisso da equipe pedagógica, participação dos familiares (Stelmachuk; Mazzotta, 2012).

A escola atualmente, deve ser um espaço para todos, aberta às diferenças e, conseqüentemente, a inclusão. Implica a transformação das instituições escolares para atender às necessidades educacionais dos seus estudantes e não apenas de alguns deles juntamente com o contato com os familiares, profissionais de apoio escolar para que seja possível compreender o contexto, as necessidades e potencialidades dos estudantes.

E ainda, somando-se ao aprimoramento da formação docente qualificada para assegurar a operacionalização do ensino para discentes com e sem deficiência, da capacidade dos sistemas escolares em modalidades diferentes em atender às diferenças sem discriminação, respeitando o desenvolvimento individual, a identidade social e cultura de cada um, o acolhimento dos estudantes e a efetivação de políticas públicas verdadeiramente inclusivas (Mantoan, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um processo necessário para que os alunos atípicos sejam parte ativa da sala de aula regular. No entanto, a análise dos artigos de Narciso *et al.* (2024), Silva e Bezerra (2025), Amorim, Maia e Silva Júnior (2020), Eris (2024), Maisto, Zenetta e Konrath (2025), Araújo e Gomes (2023), Rodrigues *et al.* (2024). evidenciou dificuldades no seu desenvolvimento pleno, tais como: carência na formação de professores e profissionais da educação, infraestrutura insuficiente, melhor aplicação das políticas públicas na sala de aula regular, falta monitoramento da administração das ações governamentais no espaço escolar, necessidade de desenvolver materiais didáticos, metodologias, práticas avaliativas que sejam voltadas para adaptação curricular e das atividades escolar.

Foi possível perceber que a inclusão ainda é um processo em construção. Necessita da maior aplicação das legislações no espaço educacional, fomento a formação docente inicial e continuada, assim como tempo e espaço para que possam se dedicar aos estudos e a própria pesquisa. Assegurando que sejam adaptados não somente os recursos, metodologias e avaliações, mas a própria infraestrutura escolar com equipamentos de acessibilidade, Salas de Recursos Multifuncionais – SRM e salas de aula com uma arquitetura que possam acolher os seus alunos e dar-lhes espaço suficiente para sua locomoção e socialização.

As possibilidades/ potencialidades trazidas pela participação inclusiva dos alunos público-alvo da educação especial em turmas regulares estão em terem acesso a cidadania, a educação integral, a socialização, ao processo de escolarização, o respeito, o reconhecimento dos seus direitos e a efetivação da sua participação na sala de aula. Ou seja, precisar ser uma inclusão plena que expanda a noção de incluir apenas com a presença física ou a matrícula. Ela precisa ser sentida na realidade e defendida como uma necessidade inalienável e pertencente a todos os alunos.

Os objetivos foram atingidos e os trabalhos acadêmicos apresentados foram fundamentais para discutir o papel da inclusão e seus desafios na contemporaneidade. Os autores foram relevantes para a discussão sobre as limitações que ainda dificultam o pleno desenvolvimento do processo inclusivo.

Como recomendações e sugestões para pesquisas futuras seria importante ampliar essas problematizações para uma pesquisa prática que envolva estudo de caso ou uma análise da sua efetivação em uma escola da rede pública e/ou privada.

Para que possa ser possível a compreensão da inclusão dentro do espaço escolar de uma maneira mais intrínseca com observações práticas e estudo de campo. Cabe o resgate de uma educação que seja voltada para a formação, a mobilização e a construção coletiva da criticidade e da participação ativa dos alunos atípicos na sociedade como atores do seu próprio desenvolvimento (Castro; Gauthier, 2009).

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília Carollyne soares e; MAIA, Joycy Beatriz Moreira; SILVA JÚNIOR, Dilmar Rodrigues da. Estratégias pedagógicas para inclusão do público-alvo da educação especial. In: **VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU**, 2020. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA110_ID3400_29072021222957.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

ACIEM, Tânia Medeiros; MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Autonomia pessoal e social de pessoas com deficiência visual após reabilitação. **Rev Bras Oftalmol.**, p. 261-267, jul./ago. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-690264>. Acesso em: 27 dez. 2025.

ARAÚJO, Géssica Lima de; GOMES, Eduardo Mendes. O papel da gestão escolar na inclusão dos alunos com necessidades específicas no Ensino Fundamental. In: **IX Congresso Nacional de Educação – CONEDU**, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID2948_TB8768_09122023184702.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 4.ed. Brasília -DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574288/Estatuto_da_pessoa_a_com_deficiencia_4ed.pdf. Acessado em: 24 jul. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96**. Brasília: 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão – LBI**. Brasília- DF: 2025. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/14844/1/lei_brasileira_de_inclusao_digital.pdf. Acesso em: 24 dez. 2025.

CASTRO, Andréa Direne da Matta; GAUTHIER, Leliana de Sousa. Coordenação pedagógica e mediação tecnológica-interface na perspectiva de uma educação inclusiva. In: DÍAZ, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha (Orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rp6gk>. Acesso em: 28 ago. 2025.

STELMACHK, Anaí Cristina da Luz; MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Atuação de profissionais da educação na inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 43, p. 185-202, maio/ agost. 2012. Disponível em: https://www.uniapaemg.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Atua%C3%A7%C3%A3o_de_profissionais_da_educacao_na_inclusao_escolar_do_aluno_com_defici%C3%Aancia_intelectual.pdf. Acesso em: 08 jan. 2025.

DUARTE, Carlos Renato Magalhães; SILVA, Cilene Maria da; BEZERRA, Emanuela Alves. Alunos com necessidades educacionais especiais: e os desafios para a inclusão escolar. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 12, p. 1-27, 2025. Disponível em: <https://miguilim.ibict.br/handle/miguilim/8786>. Acesso em: 24 jul. 2025.

DSM-5. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B1dxTb_oy7qwcVRvTExKWmdMejQ/view?resourcekey=0-VMo05y795EthoFRqagAoZQ. Acessado em: 06 jun. 2025.

ERIS, Reinaldo da Silva. A inclusão do autista na escola regular: reflexões sobre a inclusão e seus desafios. **Revista Tópicos**, p.1-35, 2025. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/a-inclusao-do-autista-na-escola-regular-reflexoes-sobre-a-inclusao-e-seus-desafios>. Acesso em: 28 ago. 2025.

GLAT, R; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma reflexão sobre os paradigmas atuais no contexto da educação especial brasileira. **Inclusão: Revista de Educação**, Brasília: MEC/SEESP, p. 35-39, out. 2005.

IFMS. **Projeto Político Pedagógico de Curso: Pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Humanidades e Linguagens**. Dourados – MS: 2023. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-de-pos-graduacao/projeto-pedagogico-do-curso-de-pos-graduacao-lato-sensu-em-ensino-de-humanidades-e-linguagens-campus-dourados.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2025.

MAISTO, Ana Caroline Silva; ZANELLA, Andreia; KONRATH, Andrea Cristina. A avaliação do processo de inclusão do público-alvo da educação especial. **Educação em Foco**, ano 28, n. 54, p. 1-28, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/view/8207> .Acesso em: 28 ago. 2025.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr65TFs5H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 dez. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. **Educação Especial**, mar. 2011. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 8.ed. São Paulo: Summus, 2023.

NARCISO, Rodi; OLIVEIRA, Fabiana Conceição Nunes de; ALVES, Daiane de Lourdes; DUARTE, Eduardo Dias; MAIA, Mirian Abreu dos Santos; REZENDE, Guelly Urzêda de Mello. Inclusão escolar: desafios e perspectivas para uma educação mais equitativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 10, n. 08, p. 713-728, ago. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15074>. Acessado em: 24 jul. 2025.

RAIKA, Marcia; LIMA, Silva. As significações de educação especial e inclusiva em diferentes períodos da história da educação. In: EDITORA POISSON (Org.). **Educação no século XXI**, v. 26, Belo Horizonte -MG: Poisson, 2019. Disponível em: https://livros.poisson.com.br/educacao/volume26/Educacao_no_seculoXXI_vol_26.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

RODRIGUES, Edimilson Botelho; HONDA, Kauane Andrade; OLIVEIRA, Luciana Custódio de; SILVA, Margarete Freitas da; OLIVEIRA, Keila Batista de; SOUZA, Jonnethy Dener Cesar de. Os desafios no processo de inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula regular. **Revista Interfaces do Conhecimento**, v. 6, n. 2, p. 53-63, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unicathedral.edu.br/index.php/revistainterfaces/article/view/916>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos da defectologia**. v.1, São Paulo: Expressão popular, 2021.